



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de inflação e atividade movimentam a semana no Brasil

A agenda doméstica traz dados de inflação e atividade, que darão um panorama mais claro do comportamento da economia neste 3º trimestre e podem ajudar a definir o ritmo de alta dos juros pelo Copom em sua próxima reunião. Nesta terça (8), ocorre também a sabatina de Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do BCB e indicado para ocupar a Presidência da instituição a partir de 2025, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Será importante observar as mensagens que o novo presidente vai ressaltar, ainda que a sua aprovação pela Comissão e pelo plenário do Senado sejam dadas como tranquilas.

Em relação à inflação, o consenso do mercado espera uma aceleração do IPCA em setembro, passando de uma ligeira deflação em agosto (-0,02%) para uma alta de 0,46%, em função das condições climáticas pouco favoráveis. A expectativa de piora da inflação no mês reflete o aumento das contas de energia elétrica (adoção da bandeira vermelha nível 1), fim da deflação dos alimentos e o aumento dos preços dos cigarros (elevação da alíquota do IPI sobre o produto). Com isso, o índice deve voltar a rodar próximo do teto da meta, com alta de 4,45% (ante 4,24%). De toda forma, após a prévia do mês (IPCA-15) mostrar números bem-comportadas nas principais medidas de núcleo (especialmente na inflação de serviços), as atenções se voltam para estas métricas, que podem indicar que o efeito da atividade (aquecida) sobre a inflação ainda é limitado. Tal quadro poderia levar o Copom a manter o ritmo de alta dos juros em 0,25 pp em sua próxima reunião, evitando assim uma aceleração do ciclo de aperto monetário. O IBGE publica o resultado na quarta-feira (09).

O IBGE também divulga na semana os números do varejo e dos serviços de agosto, que devem indicar uma nova alta do PIB no 3º trimestre. Na quinta (10), serão conhecidos os números do varejo, com expectativa de alta de 0,2% do setor (no conceito ampliado) no mês, caso se confirme, a quarta seguida. Já o resultado do setor de serviços será divulgado na sexta (11), também tem projeção de alta de 0,2% no mês, que levaria a um crescimento acumulado de 3,1% do setor nos últimos 3 meses. Com isso, ambos os setores devem voltar a crescer no 3T24, contribuindo positivamente para o PIB do período.

Nos EUA, serão divulgados a Ata da última reunião do Fed e dados de inflação, que podem dar mais força à possibilidade de cortes de apenas 0,25 pp nas próximas reuniões da autoridade monetária norte-americana. Em relação à ata, que sairá na quarta (9), será importante para entender quais motivos levaram o Fed a iniciar o ciclo de cortes dos juros no país com uma redução de 0,50 pp, em vez de optarem por um início mais cauteloso (-0,25 pp), como esperado até então. Os agentes devem comparar o documento com as declarações feitas por Jerome Powell, presidente do Fed, na última semana, que indicou que a instituição não tem urgência para flexibilizar sua política monetária, dado que o mercado de trabalho segue aquecido. E indicou que se a economia evoluir como o esperado, espera dois cortes de 0,25 pp nas últimas reuniões do ano.

Em relação à inflação nos EUA, na quinta (10) será divulgada a inflação ao consumidor (CPI) de setembro, que deve manter a tendência de desaceleração. O consenso de mercado espera alta de 0,1% no mês, que levaria o indicador a uma ligeira desaceleração em 12 meses, para 2,3% (ante +2,5%). Com isso, o índice vai se aproximando, ainda que de forma bastante gradual, da meta de 2% do Fed. Já na sexta (11), será conhecida a inflação ao produtor (PPI).

Na sexta-feira (11), começa a temporada de balanços corporativos do 3º trimestre nos EUA, com dois dos principais bancos de varejo do país (JP Morgan e Wells Fargo) divulgando seus resultados. Os investidores estarão atentos à uma série de informações, com destaque para o impacto da recente desaceleração do mercado de trabalho sobre a inadimplência (e consequentemente, sobre a saúde financeira das famílias e a respectiva capacidade de consumo), assim como, se a pressão sobre os custos dos depósitos se manteve, fato que tem comprimido a margem financeira das instituições financeiras neste ano.

A próxima página traz a agenda completa de indicadores, com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/out	FGV: IGP-DI	Set/24	0,86% m/m 4,63% a/a	0,12% m/m 4,23% a/a
08/out	Anfavea: Produção de Veículos	Set/24	-	14,4% a/a
09/out	IBGE: IPCA	Set/24	0,46% m/m 4,45% a/a	-0,02% m/m 4,24% a/a
10/out	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Ago/24	0,2% m/m 4,2% a/a	0,1% m/m 7,2% a/a
11/out	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Ago/24	0,2% m/m 3,6% a/a	1,2% m/m 4,3% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/out	Zona do Euro	Vendas no varejo	Ago/24	0,2% m/m	0,1% m/m
07/out	EUA	Crédito ao Consumidor	Ago/24	US\$ 12,0 bi	US\$ 25,5 bi
09/out	EUA	Ata da última reunião do Fomc/Fed	18/set/24	-	-
10/out	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Set/24	0,1% m/m 2,3% a/a	0,2% m/m 2,5% a/a
11/out	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Set/24	0,1% m/m 1,6% a/a	0,2% m/m 1,7% a/a
11/out	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Out/24 – prévia	70,5 pts	70,1 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Moody's eleva rating de crédito do Brasil

A agência de rating Moody's elevou a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva, na última semana. De toda forma, o país segue classificado como grau especulativo, porém, apenas a um *upgrade* de voltar ao grupo de países denominados como grau de investimento pela respectiva agência.

O selo de grau de investimento é importante para atrair investimentos ao país, uma vez que além de indicar menor risco aos investidores, a classificação chega a limitar, do ponto de vista regulatório, a atuação de fundos de pensão internacionais no país, por exemplo.

A melhora da nota, segundo a Moody's, decorre do histórico recente de reformas econômicas e fiscais, além do maior crescimento do PIB nestes últimos anos, fato que foi decisivo para a decisão. A agência também pontuou que espera que o crescimento siga sólido nos próximos anos, resultado das reformas estruturais implementadas nas últimas administrações, destacando: a independência do Banco Central, a melhora da governança das empresas estatais, a reforma trabalhista e a digitalização financeira. De todo modo, a agência afirmou que o arcabouço fiscal ainda possui "credibilidade moderada" e que o país precisa conter o aumento dos gastos obrigatórios para cumprir o arcabouço fiscal e reduzir as incertezas com relação à trajetória da dívida, cuja expectativa é de estabilização à médio prazo.

Atualmente, a Moody's é a agência que atribui a melhor nota ao país, dado que a S&P e Fitch ainda classificam o Brasil com a nota BB, ou seja, dois graus abaixo do nível de investimento. As outras duas agências não deram nenhuma indicação de que pretendem seguir a Moody's no curto prazo. Ao contrário, reiteraram o *rating* atual, com ênfase na questão fiscal como obstáculo para um *upgrade*.

O Quadro 2 traz a evolução nos últimos 24 anos do *rating* brasileiro de acordo com a classificação da Moody's. Este é o primeiro *upgrade* do *rating* do país pela agência desde 2011, quando havia se consolidado na ocasião no grupo de países com grau de investimento. E, desde o início de 2016 possuía a nota Ba2 (dois níveis abaixo do grau de investimento).

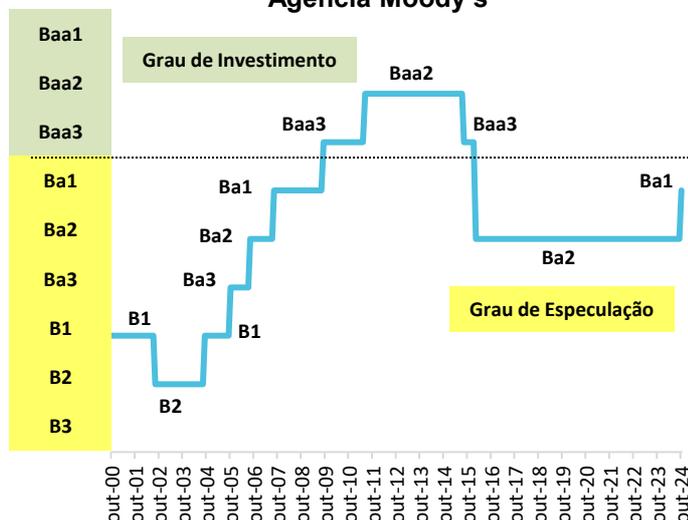
Apesar de positivo, a classificação do país ainda deixa muito a desejar. Agora, o Brasil se juntou a países, como: Azerbaijão, Guatemala, Marrocos e Grécia. E, segue abaixo, por exemplo, de países, como Paraguai, Romênia, Panamá, Índia e Itália, que ocupam o primeiro nível de países classificados como grau de investimento.

Quadro 1: Tabela com Ratings das Agências de Risco e Classificação Atual do Brasil

Categoria	Moody's	S&P	Fitch
Grau de Investimento	Aaa	AAA	AAA
	Aa1	AA+	AA+
	Aa2	AA	AA
	Aa3	AA-	AA-
	A1	A+	A+
	A2	A	A
	A3	A-	A-
	Baa1	BBB+	BBB+
	Baa2	BBB	BBB
Grau de Especulação	Baa3	BBB-	BBB-
	Ba1	BB+	BB+
	Ba2	BB	BB
	Ba3	BB-	BB-
	B1	B+	B+
	B2	B	B
	B3	B-	B-
	Caa1	CCC+	CCC+
	Caa2	CCC	CCC
	Caa3	CCC-	CCC
Default	C	SD/D	RD/D

Fonte: Agências de Risco

Quadro 2: Evolução do Rating do Brasil Agência Moody's



Fonte: Moody's / Tesouro Nacional.

O Quadro 3 traz a relação dívida/PIB destes países e fica claro como a questão fiscal ainda tem um peso relevante para uma melhora mais acentuada da classificação do Brasil.

Dentre os indicadores econômicos, o IBGE mostrou que a produção industrial registrou ligeira alta de 0,1% em agosto, em linha com as expectativas.

Contudo, a maioria das atividades (18 das 25) registrou queda no mês, com recuo em segmentos importantes, como produção de materiais elétricos (-6,2%), veículos (-4,3%) e máquinas e equipamentos (-2,7%). Com isso, as categorias de produção de bens de capital (-4,0%) e bens duráveis (-1,3%), que vinham liderando o processo de retomada da indústria no ano, caíram no período. Na contramão, a alta do setor industrial em agosto refletiu, principalmente, a expansão do setor extrativo (+1,1%), que vem em processo de retomada após um início de ano mais fraco.

O resultado deixou um carregamento estatístico positivo de 1,0% para a indústria no 3º trimestre, indicando que o setor deve seguir contribuindo para a expansão do PIB no período. Porém, com uma composição um pouco diferente. A indústria extrativa deve voltar a crescer (após 2 trimestres de queda), enquanto a de transformação deve mostrar alta mais modesta. Por sinal, a desaceleração da manufatura decorre da perda de força da indústria de bens de capital, sugerindo alguma acomodação dos investimentos no 3T24.

Em relação às contas públicas, o governo central registrou déficit primário de R\$ 22,4 bilhões em agosto, em linha com o esperado e um pouco melhor do que o registrado em agosto de 2023 (R\$ -27,9 bi). A melhora no comparativo anual refletiu o avanço real das receitas líquidas (+6,2%), beneficiadas pelo crescimento da arrecadação de impostos administrados pela RFB (+12,6%) e com a receita previdenciária (+8,6%).

Já as despesas cresceram 2%, em termos reais, impactadas pelos gastos com financiamento da campanha eleitoral (R\$ 5,0 bi). Outros gastos com alto crescimento no mês foram: abono salarial e seguro desemprego (+110,1%), neste caso, em parte, por conta do descasamento do cronograma do pagamento do benefício; além do benefício de prestação continuada - LOAS (+14,5%).

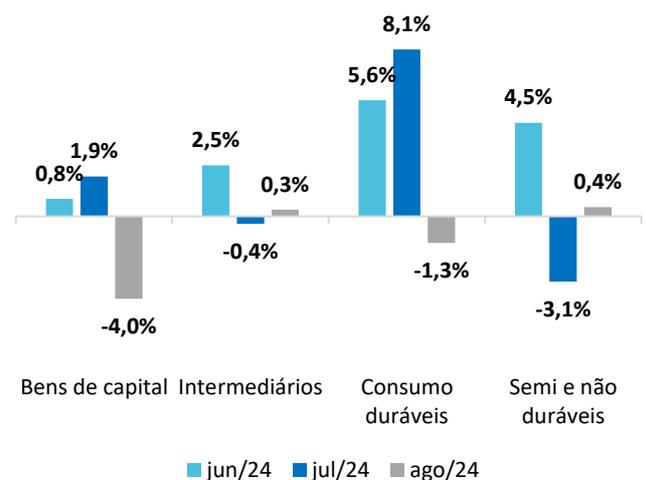
No acumulado do ano (jan-ago), o governo central registra déficit primário de R\$ 99,9 bi, ligeiramente melhor do que o observado no mesmo período de 2023 (R\$ 105,9 bi), fruto de um expressivo aumento das receitas (+8,8%), mas acompanhado por alta de magnitude próxima por parte das despesas (+7,1%).

Quadro 3: Classificação do rating soberano de países com notas semelhantes ao Brasil

Categoria	Rating Moody's	País	Dívida/PIB*
Grau de Investimento	Baa3	Paraguai	43,1%
	Baa3	Romênia	53,0%
	Baa3	Panamá	54,1%
	Baa3	Aruba	76,2%
	Baa3	Maurício	81,0%
	Baa3	Índia	82,5%
	Baa3	Itália	139,2%
Grau de Especulação	Ba1	Azerbaijão	18,3%
	Ba1	Guatemala	27,6%
	Ba1	Omã	35,4%
	Ba1	Marrocos	70,4%
	Ba1	Brasil	86,7%
	Ba1	Grécia	158,8%

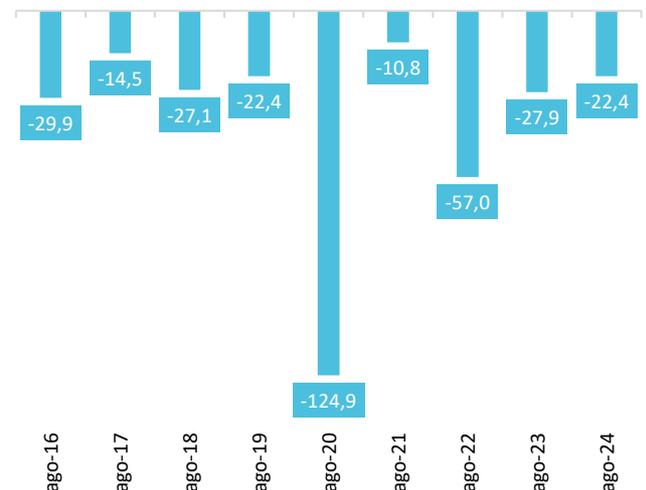
Fonte: Bloomberg/FMI. *Estimativa para 2024, segundo o critério do FMI

Quadro 4: Produção Industrial – Por Categoria Econômica - Var.% Mensal



Fonte: IBGE.

Quadro 5: Resultado Primário do Governo Central Meses de Agosto (Em R\$ bi, valores deflacionados)



Fonte: Tesouro Nacional

Embora desafiador, parece factível o governo cumprir a meta fiscal, desde que faça um novo bloqueio orçamentário, dado o crescimento expressivo de algumas despesas obrigatórias.

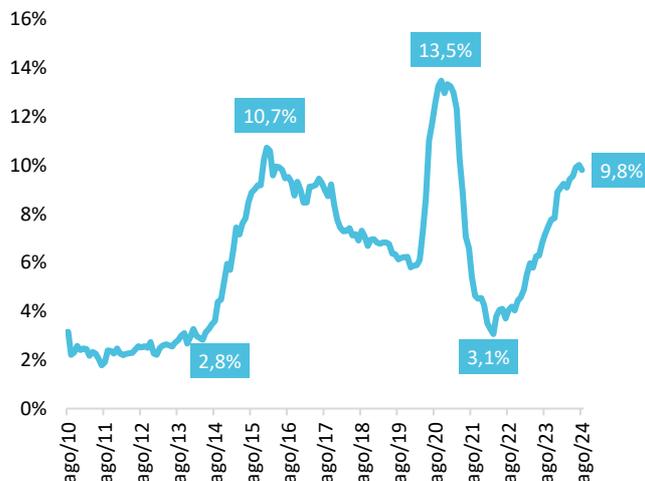
Já o Banco Central informou que o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 21,4 bi em agosto. O resultado foi próximo ao registrado em ago/23 (R\$ -22,8 bi) e concentrado no governo central (R\$ -22,3 bi), conforme apontado acima. Por outro lado, as empresas estatais dependentes (R\$ 469 mi) e os governos regionais (R\$ 435 mi) registraram modestos superávits no mês, e em ambos os casos, um pouco piores do que os observados em 2023: R\$ 0,9 bi e R\$ 2,5 bi, respectivamente.

No acumulado em 12 meses, o setor público consolidado registra déficit primário de R\$ 256,3 bi (2,26% do PIB), enquanto o déficit nominal, que também contabiliza o pagamento com juros, ficou em R\$ 1,11 trilhão (ou 9,8% do PIB). Com isso, a dívida bruta do governo geral voltou a subir (+0,1 pp), a 14ª alta seguida, atingindo 78,5% do PIB. Os recorrentes déficits primários somados ao elevado nível dos juros internos, implicam que a dívida seguirá em alta nos próximos anos. É preciso reverter tal trajetória para que o país volte a ser classificado como grau de investimento.

A balança comercial apresentou superávit de US\$ 5,4 bilhões em setembro, novamente bem abaixo do registrado no mesmo mês de 2023 (US\$ 9,2 bi). As importações seguem registrando um bom ritmo de expansão, com alta de 19,9% ante set/23, enquanto as exportações ficaram praticamente estagnadas (-0,3%). Vale notar que a alta das importações foi disseminada em todas as categorias econômicas, com números expressivos em segmentos como bens de capital (+36,0%) e de consumo (+17,5%), diante da força da demanda doméstica. Já a estabilidade das exportações decorre da queda das vendas de itens agropecuários (-12,1%) e extrativos (-19,8%), tanto por causa da redução dos volumes, como dos preços.

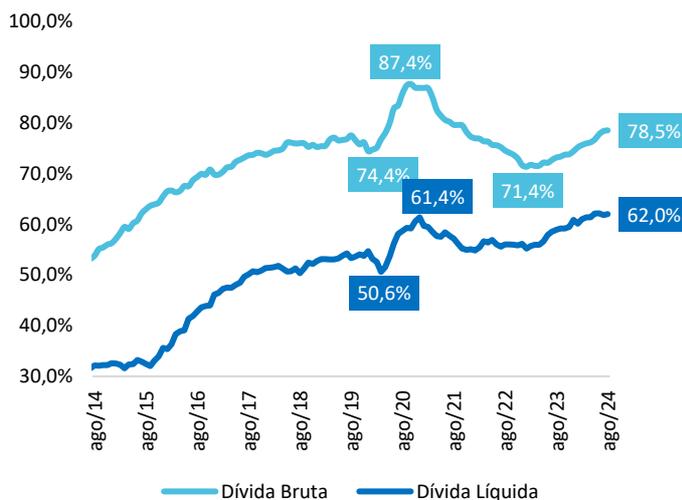
No acumulado do ano, o saldo comercial atingiu US\$ 59,1 bi, valor 17,4% abaixo do observado no mesmo período em 2023 (US\$ 71,6 bi). No período, as importações crescem 8,0%, enquanto as exportações sobem apenas 0,8%. Após o resultado, o Ministério da Indústria e Comércio revisou para baixo sua expectativa para o saldo comercial deste ano, de um superávit de US\$ 79,2 bi para US\$ 70,4 bi. Portanto, a demanda doméstica aquecida, somada a menor safra agrícola e a queda dos preços das *commodities* tem enfraquecido o saldo comercial do país neste ano, embora em nível ainda elevado. Porém, tem contribuído para manter o dólar em patamar um pouco mais depreciado.

Quadro 6: Déficit Nominal do Setor Público Consolidado – Acum. 12 meses (% do PIB)



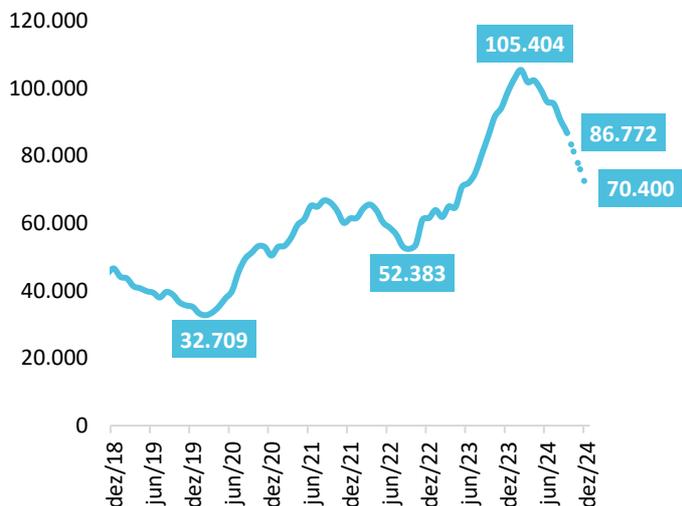
Fonte: BCB

Quadro 7: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



Fonte: BCB

Quadro 8: Saldo Comercial – Acum. 12 meses Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic. Projeção: Secex/Mdic

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Payroll forte e guerra no Oriente Médio reduzem expectativa de cortes dos juros nos EUA

A última semana foi agitada no cenário internacional e levou a uma reavaliação relevante do mercado sobre a perspectiva do ritmo do ciclo de flexibilização monetária pelo Fed nos EUA. No âmbito econômico, o mercado se surpreendeu com os dados de emprego (*payroll*) que vieram bem acima do esperado, sugerindo que o mercado de trabalho segue forte no país, apesar da acomodação recente. Do ponto de vista geopolítico, preocupa a escalada do conflito no Oriente Médio após ataques do Irã direcionados a Israel, retaliando ofensivas do exército israelense no Líbano. Declaração relativamente confusa do presidente dos EUA, Joe Biden, sugeriu que Israel pode atacar refinarias de petróleo do Irã. Com isso, o preço do barril (tipo *Brent*) subiu cerca de 8,5% na semana, voltando a se aproximar de US\$ 80, em função do temor de redução da oferta do produto.

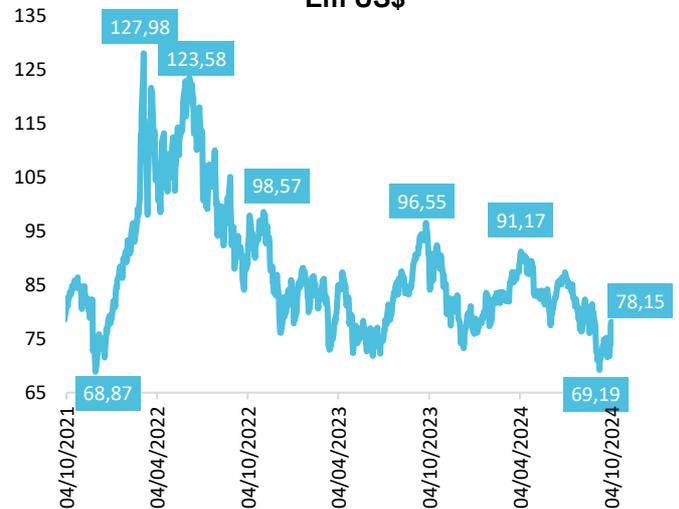
Diante de tal cenário, as apostas dos agentes de um novo corte de 0,50 pp em uma das duas reuniões do Fed restantes deste ano (novembro e dezembro) foram praticamente descartadas. Agora, a expectativa é de cortes graduais de 0,25 pp, conforme sinalizado recentemente pelo próprio presidente da instituição, Jerome Powell.

O *payroll* de setembro registrou a criação de 254 mil vagas de emprego, superando a mediana (+140 mil) e o teto (+220 mil) das estimativas dos analistas consultados pela Bloomberg. Os setores que se destacaram foram de serviços (+81 mil), como saúde e educação, e lazer (+78 mil). Além disso, os dados de julho e agosto foram revisados para cima, adicionando 72 mil vagas. A taxa de desemprego, por sua vez, caiu 0,1 pp, para 4,1%. Já os ganhos salariais médios voltaram a acelerar em 12 meses, atingindo 4,0% (ante +3,9%). Ou seja, todos os dados sinalizaram um mercado aquecido, sem sinais que indiquem alguma preocupação iminente.

As leituras finais dos índices PMIs de setembro apontaram queda em ambos os setores, mas com o setor de serviços se mantendo em bom ritmo de expansão (55,2 pts, ante 55,7 pts), enquanto a indústria se aprofundou em território contracionista (47,3 pts ante 47,9 pts).

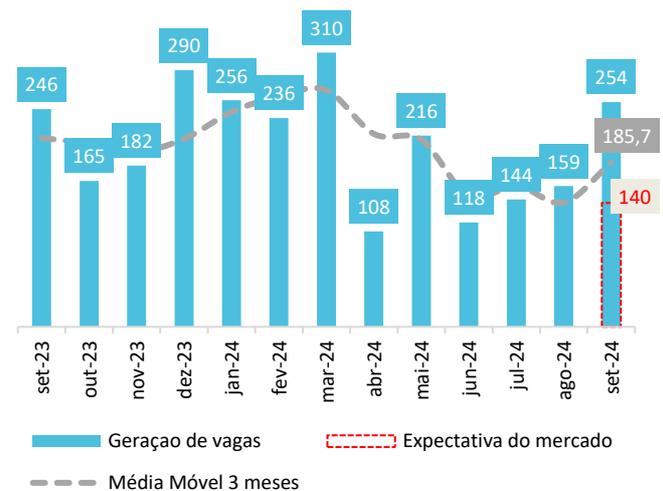
Na Europa, a prévia da inflação ao consumidor (CPI) recuou 0,1% no mês de setembro, surpreendendo positivamente o mercado, que aguardava estabilidade do indicador. A queda foi puxada pelos itens de energia (-1,6%) e serviços (-1,0%). Em 12 meses, o indicador desacelerou para 1,8% (ante +2,2% em ago/24), atingindo o menor patamar desde abr/21 (+1,6%). O resultado abre espaço para o BCE seguir em sua próxima reunião (17/out) com o ciclo de cortes dos juros no continente.

Quadro 9: Preço do Barril de Petróleo (tipo *Brent*)
Em US\$



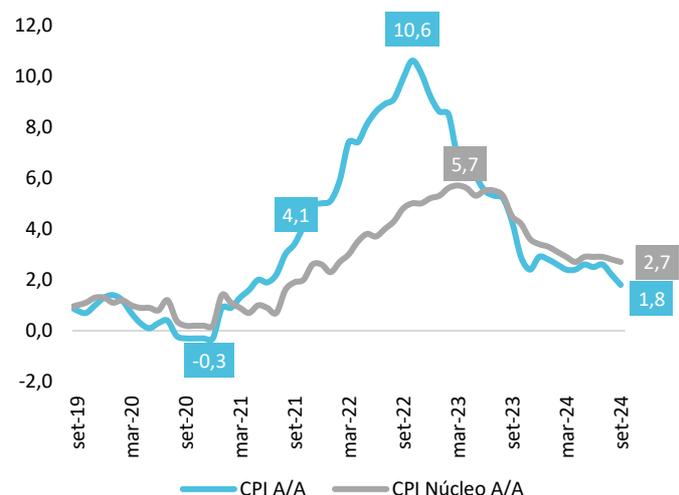
Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: EUA – Geração de Vagas de Emprego
Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

CRÉDITO / BANCOS

Expansão do crédito esperada para 2024 sobe novamente e atinge 10,6%

A Pesquisa Febraban de Economia Bancária, realizada com 20 bancos entre 24 e 30 de setembro, captou uma nova revisão positiva para a expectativa de crescimento da carteira de crédito total em 2024, passando de uma alta esperada de 10,3% (na pesquisa de agosto), para 10,6%. O movimento pode ser explicado pelos números positivos observados até o momento, decorrentes do aumento da renda das famílias, índices de inadimplência mais contidos e queda dos juros praticados até o momento. Com isso, a projeção da Febraban se aproxima da última previsão do BCB (11,1%, segundo RTI do 3T24).

A revisão positiva foi puxada pela carteira com recursos livres, mais sensível às condições da economia. A expansão esperada para a carteira subiu para 9,9% (ante +9,5%), com revisão positiva tanto para as empresas (+8,2%, ante +7,4%), como para as famílias (+11,3%, ante +11,0%), neste caso, em meio ao mercado de trabalho aquecido e alta da massa salarial.

Por outro lado, houve leve recuo na projeção de crescimento da carteira com recursos direcionados, de 12,1% para 11,9%. A queda foi puxada pelo crédito destinado às empresas (+12,1%, ante +12,6%), em meio às indicações que os programas criados para o auxílio ao RS tem tido um desempenho aquém do

esperado. Já a expectativa de expansão do crédito direcionado destinado às famílias permaneceu com alta de 11,6%.

Quanto à taxa de inadimplência da carteira Livre, a Pesquisa capturou estabilidade na projeção, tanto para 2024 como para 2025. Em 2024, a expectativa seguiu em 4,4%, ligeiramente abaixo do observado em ago/24 (4,5%). Para 2025, a expectativa é de continuidade de melhora do indicador, mas de forma modesta, atingido 4,3%.

Por fim, vale notar que, apesar do novo ciclo de aperto monetário, a Pesquisa da Febraban captou uma pequena melhora na projeção para a alta do crédito em 2025, cuja expectativa para a carteira total subiu de 8,9% para 9,1%. Tal melhora foi observada tanto na carteira com recursos livres (de 8,6% para 8,9%), como na de recursos direcionados (de 9,6% para 10,3%).

Portanto, a pesquisa voltou a captar um sentimento positivo em relação ao mercado de crédito, cujas expectativas voltaram a se elevar, diante de uma atividade mais resiliente do que a esperada e apesar do novo ciclo de aperto monetário que se iniciou mês passado. A sensação é que se a elevação dos juros não for tão intensa e ficar dentro das expectativas, é possível que o efeito sobre o mercado de crédito em 2025 seja apenas marginal.

O Quadro 12 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual, e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

Quadro 12: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)	2024		2025	
	Pesquisa Ago/24	Pesquisa Set/24	Pesquisa Ago/24	Pesquisa Set/24
Carteira Total (var. % – total do SFN)	10,3	10,6	8,9	9,1
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	9,5	9,9	8,6	8,9
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	7,4	8,2	7,7	8,1
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	11,0	11,3	9,0	9,6
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	12,1	11,9	9,6	10,3
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	12,6	12,1	8,1	8,2
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	11,6	11,6	10,3	10,6
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	4,4	4,4	4,3	4,3

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

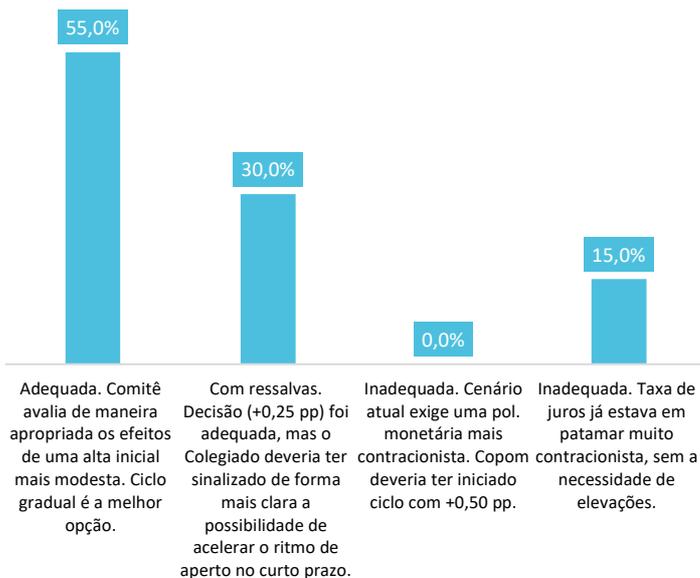
Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa Febraban de Expectativas foram:

- Pouco mais da metade (55,0%) dos participantes avaliou como adequada a decisão do Copom de elevar a taxa Selic em 0,25 pp (Quadro 13). Os demais fizeram ressalvas em relação ao comunicado (30% entendem que deveria sinalizar uma alta de 0,50 pp na próxima reunião), ou, discordaram da decisão em si (15,0% não viam necessidade de alta nos juros).
- Neste sentido, houve divisão em relação à avaliação da comunicação do BCB. Embora todos concordem que o Colegiado acertou ao não se comprometer com suas próximas decisões, para 50% o Copom deveria adotar um tom mais assertivo, deixando mais explícito como pretende conduzir o ciclo de aperto monetário.
- Com isso, a expectativa para a taxa Selic se elevou ante as pesquisas anteriores (Quadro 14). Agora, a mediana para a Selic atinge 11,75% aa no fim do ano e sobe até 12,0% aa no

início de 2025, onde permaneceria ao menos até o 2º trimestre. Já a expectativa para a taxa de câmbio seguiu em alta, mas com perspectiva de alguma apreciação ao longo do período avaliado, atingindo R\$ 5,30 no 2T25.

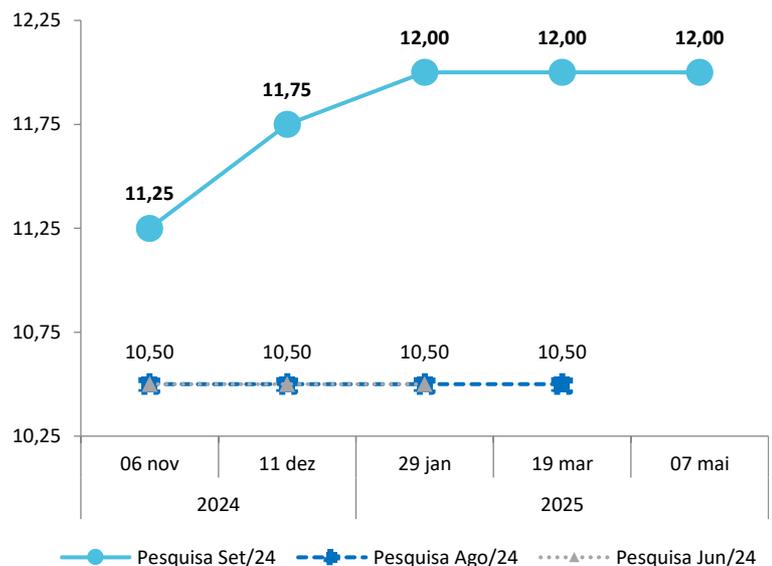
- Com relação à atividade, a maioria (65,0%) dos participantes espera que a expansão do PIB em 2024 fique em torno de 3,0%, em linha com o consenso. Entre os demais, 25,0% projetam um crescimento superior a 3%; enquanto apenas 10% apostam em uma alta inferior a tal nível.
- A maioria dos analistas consultados (60,0%) também entende que as projeções do mercado para o IPCA estão bem calibradas. Contudo, neste caso, os demais se dividem em grupos iguais (20,0%) entre os que esperam uma inflação acima ou abaixo do consenso.
- Em relação à condução da política monetária pelo Fed, a maioria dos participantes (60,0%) espera mais 2 cortes de 0,25 pp (0,5 pp no total) até o fim do ano, ou seja, num ritmo mais moderado que em sua reunião anterior (corte de 0,5 pp).
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 13: Percepção dos participantes sobre a última decisão do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Quadro 14: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2024				2025			
	04/10/24	27/09/24	06/09/24	Viés	27/09/24	27/09/24	06/09/24	Viés
IPCA (%)	4,38	4,37	4,30	▲	3,97	3,97	3,92	↔
PIB (% de crescimento)	3,00	3,00	2,68	↔	1,93	1,92	1,90	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	11,25	↔	10,75	10,75	10,25	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,40	5,40	5,35	↔	5,39	5,35	5,30	▲

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	04/10/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,46	0,40%	0,12%	12,33%	5,78%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	145,91	-5,28%	-4,35%	10,15%	-26,34%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,68	0,18%	0,19%	-8,34%	-15,32%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	12,26	1,01%	0,65%	22,11%	10,34%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	12,46	0,64%	-0,03%	23,68%	7,96%
Índice Ibovespa (em pontos)	131.791,55	-0,71%	-0,02%	-1,78%	16,01%
IFNC (setor financeiro)	13.329,28	-1,48%	-0,45%	-3,44%	18,15%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,00	0,00%	0,00%	-9,09%	-9,09%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,92	10,18%	7,71%	-7,72%	-21,85%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	3,97	5,78%	4,93%	2,27%	-15,92%
Dollar Index	102,52	2,13%	1,73%	1,17%	-3,58%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.751,07	0,22%	-0,20%	20,57%	35,06%
Índice de ações de bancos – EUA	111,27	-0,59%	-1,73%	1,60%	27,96%
Índice Euro Stoxx 50	4.954,94	-2,22%	-0,91%	9,59%	20,86%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	142,73	-3,11%	-1,69%	20,60%	30,59%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	78,05	8,43%	8,75%	1,31%	-7,16%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira